

REVISÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR

No âmbito da auscultação aos diferentes agentes do sistema educativo, constituiu-se um grupo de trabalho, com alguns diretores de centros de formação de associação de escolas da região de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de dar resposta à reflexão sobre os currículos da escolaridade obrigatória, pedida pela Comissão Parlamentar da Educação, Ciência e Cultura.

Na proposta em apreço sublinhamos três elementos: redução da dispersão curricular, reforço das disciplinas ditas essenciais e focalização em “conteúdos disciplinares centrais” com objectivos claros, exequíveis e avaliáveis.

Já em 1988, Coll, no seu livro: *El papel del curriculum en el proceso de reforma de la enseñanza*. (In Huarte, F., Temas actuales sobre Psicopedagogía y Didáctica. Madrid, Narcea, 42-55) referia que se devia “tomar consciência de que o aluno é o mesmo ao passar de um nível para o seguinte e de que a sua escolarização é um processo que se estende durante um intervalo temporal muito prolongado”. Por isso, os currículos dos diferentes níveis de ensino “devem responder a um projecto educativo global coerente”, pois, de contrário, “corre-se o risco de provocar disfuncionalidades, repetições e até contradições, cujas consequências negativas para o próprio aluno nos são, infelizmente, amplamente familiares” (Coll, p. 46).

Na proposta em análise verifica-se a ausência da dimensão humanista do currículo tão importante para a formação ética e cívica dos alunos, futuros participantes legítimos das sociedades. Em nosso entender, esta situação poderá ser colmatada através da oferta de disciplinas como a Educação Cívica e ética ou a Filosofia para Crianças, no ensino básico, em alternativa à educação moral e religiosa.

Considerando que um dos pressupostos desta revisão curricular é “a melhoria dos resultados escolares” e, ainda, os quatro objectivos estratégicos, definidos no âmbito do quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação, nomeadamente “melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação - todos os cidadãos devem poder adquirir competências essenciais e todos os níveis de educação e formação devem ser tornados mais atractivos e eficientes” (Educação e Formação para 2020), não podemos deixar de sublinhar a necessidade de introduzir nesta revisão curricular, de

forma inequívoca, a formação de professores, no que se refere às metodologias de ensino, bem como à dimensão científica, uma vez que ela possibilita aos professores afirmarem-se como elementos-chave na promoção das aprendizagens de excelência e como construtores de processos de inclusão escolar e social que respondam aos desafios da diversidade que configura a Escola e as sociedades.

A este propósito, não podemos deixar de referir um relatório da OCDE, publicado em 2005 (*Teachers matter*) – onde é sublinhado que a profissão docente deve ser entendida como uma das prioridades das políticas educativas nacionais. Assim, propomos, que esta revisão curricular seja acompanhada de um plano nacional de formação (contínua) de professores, propiciando a estes agentes educativos acesso a formação e qualidade que responda aos desafios educativos e sociais que subjazem a um consistente desenvolvimento curricular nas escolas portuguesas, com impactes nas aprendizagens dos alunos e na escola no seu todo.

Grupo de Trabalho

Dalila Tching – Diretora do Centro de Formação João Soares

Joaquim Melro – Diretor do Centro de Formação António Sérgio

Joaquim Raminhos – Diretor do Centro de Formação do Barreiro e Moita

Luís Sá – Diretor do Centro de Formação Infante D. Pedro

Marília Nóbrega – Diretora do Centro de Formação - CENFORES

Lisboa, 19 de fevereiro de 2015